

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

CARINE ANDRÉIA GIEHL

**CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA: IMPACTOS NA SUCESSÃO E NO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO FRONTEIRA
NOROESTE RS**

Porto Alegre

2022

CARINE ANDRÉIA GIEHL

**CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA: IMPACTOS NA SUCESSÃO E NO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO FRONTEIRA
NOROESTE RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Coorientadora: Profa. Me. Heliene Macedo de Araújo

Porto Alegre

2022

CARINE ANDRÉIA GIEHL

**CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA: IMPACTOS NA SUCESSÃO E NO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO
FRONTEIRA NOROESTE RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de Agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato – Orientador - UFRGS

Profa. Dra. Daniela Dias Kuhn - UFRGS

Profa. Me. Luthiane Pisoni Godoy - SETREM - Três de Maio

Esta escrita é dedicada: a minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão dos momentos que estava ausente; aos colegas da Escola de Ensino Casa Familiar Rural Filhos da Terra, pelo empenho e compromisso com uma prática educadora inclusiva e libertadora; aos jovens agricultores e suas famílias, por acreditarem e trabalharem diariamente pelo reconhecimento e valorização da agricultura familiar, na busca da sustentabilidade social, ambiental e econômica, almejando uma vida melhor.
Gratidão!

"Quando o Homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu EU e as suas circunstâncias" (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral descrever os impactos gerados na Região Fronteira Noroeste do RS, no campo da sucessão rural e do desenvolvimento da agricultura familiar a partir da atuação da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra. Como objetivos específicos tem-se de descrever o processo histórico que levou a fundação da Associação Casa Familiar Rural Filhos da Terra, a implementação da escola de formação e, posteriormente a busca da certificação de Escola de Ensino Médio, tornando-se a Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra, instalada na comunidade Butiá Norte, interior do município de Campina das Missões, RS, com atuação na Região Fronteira Noroeste do RS. A pesquisa se deu com 03 jovens egressos e com 03 jovens que estão finalizando o 3º ano de formação no Ensino Médio na CFR Filhos da Terra, bem como com suas famílias, coordenação escolar e entidades associadas, visando compreender a realidade e as experiências vivenciadas pelos jovens e por suas famílias antes da inserção na CFR Filhos da Terra, durante e posterior ao processo de educação lá acessado. A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso, cuja metodologia qualitativa se embasou em pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas com pessoas ligadas à instituição. Para analisar os dados usou-se o método de análise qualitativa. Por fim, analisando o processo de ensino sobre a ótica dos jovens e famílias foi possível diagnosticar a importância de uma educação voltada aos jovens do campo, e os impactos gerados no processo de sucessão rural e no desenvolvimento da agricultura familiar na região FN do RS, destacando a importância da existência desta escola, das práticas educativas aplicadas, da metodologia da Pedagogia da Alternância para que os jovens possam acessar uma formação integral, que os prepara para atuarem na propriedade da família, nas comunidades rurais bem como no município e região, tornando-se também lideranças comprometidas com os princípios do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palavras-chave: Sucessão Rural. Educação. Sustentabilidade. Desenvolvimento. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This work had as general objective to describe the impacts generated in the Northwest Frontier Region of RS, in the field of rural succession and the development of family agriculture from the performance of the Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra. The specific objective is the historical process that led to the foundation of the Associação Casa Familiar Rural Filhos da Terra, the implementation of the training school and, later, the search for the certification of a High School, becoming the Escola de Ensino Médio Casa Rural Family Filhos da Terra, located in the Butiá Norte community, in the countryside of Campina das Missões, RS, working in the Northwest Frontier Region of RS. training in High School at CFR Filhos da Terra, as well as with their families, school coordination and associated identities, aiming to understand the reality and experiences lived by young people and their families before joining CFR Filhos da Terra, during and after the process of education accessed there. The research was characterized as a case study, whose qualitative methodology was based on bibliographic and documentary research, as well as interviews with people linked to the institution. To analyze the data, the qualitative analysis method was used. Finally, analyzing the teaching process from the perspective of young people and families, it was possible to diagnose the importance of an education aimed at young people in the countryside, and the impacts generated in the process of rural succession and in the development of family agriculture in the FN region of RS, highlighting the importance of the existence of this school, of the educational practices applied, of the methodology of the Pedagogy of Alternations so that young people can access an integral formation, which prepares them to work on the family property, in rural communities as well as in the municipality and region, making There are also leaders committed to the principles of Sustainable Rural Development.

Keywords: Rural Succession. Education. Sustainability. Development. Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de Envelhecimento 2020 COREDEs	28
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2010.....	21
Gráfico 2: População Rural e Urbana do Rio Grande do Sul de 1970 a 2010	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) no Período de 1991 a 2010	26
Quadro 2: Percepções Jovens Formados (JF)	30
Quadro 3: Percepções Jovens Estudantes (JE)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARSTRGSR	Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Grande
CEEEd-RS	Conselho Estadual de Educação do RS
CFR	Casa Familiar Rural
CRE	Coordenadoria Regional de Educação do RS
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SENAR/RS	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do RS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, SEUS INSTRUMENTOS E AS CASAS FAMILIARES RURAIS.....	155
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL	187
2.4 ÊXODO RURAL.....	20
2.5 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	22
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ATUAÇÃO E HISTÓRICO DA CFR FILHOS DA TERRA	25
4.2 PERFIL DO(A) JOVEM ENTREVISTADO(A) E DO GRUPO FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE, PERSPECTIVA DE FUTURO E AS CONTRIBUIÇÕES DA CFR FILHOS DA TERRA NESTE CONTEXTO	29
4.3 O QUE A FAMÍLIA (PAIS E MÃES) TÊM A DIZER SOBRE O JOVEM E A CFR FILHOS DA TERRA	31
4.4 O QUE AS ENTIDADES ASSOCIADAS, APOIADORAS E REPRESENTATIVAS DA CLASSE (MUNICIPAL E REGIONAL) TEM A DIZER SOBRE OS JOVENS E A CFR FILHOS DA TERRA	33
4.5 IMPACTOS NA SUCESSÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE RS A PARTIR DA AÇÃO DIRETA DA CFR FILHOS DA TERRA	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	39
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS I: DIREÇÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA CFR FILHOS DA TERRA	41
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS II: ENTIDADES ASSOCIADAS E APOIADORAS DA CFR FILHOS DA TERRA	41
ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS III: PAIS DOS JOVENS (JE) EDUCANDOS E EDUCANDAS.....	43

ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS IV: JOVENS EDUCANDOS(JE)E EDUCANDAS	44
ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS V: PAIS DOS JOVENS (JF) EDUCANDOS E EDUCANDAS	45
ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS VI: JOVENS (JF) EDUCANDOS E EDUCANDAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Conhecer e evidenciar os impactos gerados pela atuação da Casa Familiar Rural Filhos da Terra (CFR) na Região Fronteira Noroeste (FN) do Rio Grande do Sul (RS), principalmente no campo da sucessão rural e do desenvolvimento da agricultura familiar, levaram a autora a construir este trabalho. A CFR Filhos da Terra compõe, juntamente com três outras casas familiares, a Associação Regional das Casas Familiares do Rio Grande do Sul (ARCAFAR RS), entidade representativa da classe. A Associação CFR Filhos da Terra, mantenedora da Escola de Ensino Médio CFR Filhos da Terra foi fundada em 2005 na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. É composta por organizações sindicais da agricultura familiar, por cooperativas de infraestrutura, de crédito e de produção, bem como pelas famílias dos(as) jovens educandos(as). Criada com o objetivo de oportunizar espaço de formação e educação para jovens agricultores familiares, a sua metodologia de trabalho foi baseada em um modelo Francês, seguindo a pedagogia da alternância. Até 2017, oferecia uma formação complementar de qualificação para a agricultura, sendo, a partir de 2018, credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação do RS como Escola de Ensino Médio com qualificação em Agricultura Familiar.

Até o momento, 70 jovens realizaram a formação complementar, 18 foram formados com o grau de ensino médio, e mais 60 educandos e educandas encontram-se matriculados nos 3 anos do ensino médio. Passados 15 anos da fundação da CFR Filhos da Terra, com avanços significativos na sua trajetória institucional e inserida em um contexto amplo de grandes rupturas no cenário político, social e econômico, se faz fundamental uma avaliação: Quais foram e quais estão sendo os impactos no contexto da agricultura familiar na região Fronteira Noroeste do RS, atrelados direta ou indiretamente a esta ação de educação do campo?

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é: compreender os impactos da ação direta da Escola de Ensino Médio CFR Filhos da Terra na sucessão rural e no desenvolvimentos das propriedades dos jovens educandos e educandas. Como objetivos específicos tem-se: apresentar a trajetória da Escola CFR Filhos da Terra desde a sua fundação, vinculando com o contexto da agricultura familiar na região Fronteira Noroeste/RS; descrever as diferentes metodologias adotadas pela CFR Filhos da Terra e os respectivos impactos nas famílias e nas propriedades dos(as) jovens educandos(as); e, apontar quais as ações foram e estão sendo mais eficientes na sucessão e no desenvolvimento sustentável das propriedades das famílias dos jovens educandos e educandas, norteando o plano político pedagógico da escola.

Assim, o presente trabalho está voltado a uma pesquisa vinculada a Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra com o contexto da Educação do Campo, na perspectiva da sucessão rural e do desenvolvimento da agricultura familiar na sua área de atuação, discutindo o seu papel, e busca compreender a efetividade das práticas pedagógicas adotadas na melhoria da qualidade de vida dos jovens e das suas famílias, e a contribuição no processo geral do desenvolvimento rural.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira, além desta introdução, com a apresentação dos objetivos da pesquisa, seguido de uma revisão bibliográfica descrevendo alguns conceitos utilizados neste trabalho, posteriormente se apresenta a metodologia empregada no desenvolvimento desta investigação, os principais resultados obtidos e as considerações finais acerca do trabalho desenvolvido.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Visando compreender de forma ampla qual o impacto da ação direta da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural na sucessão da agricultura familiar, e no desenvolvimento das propriedades das famílias dos jovens educando e educandas, bem como egressos, serão abordados na sequência alguns conceitos e definições que abrangem o tema desta pesquisa e que posterior, possam contribuir para a análise dos resultados. Neste sentido, buscaremos abordar alguns conceitos de temas que permeiam os objetivos da pesquisa, especialmente buscando tratar da conceituação da pedagogia da alternância, da agricultura familiar, do desenvolvimento rural, da educação do campo, chegando na sucessão rural.

2.1 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA , SEUS INSTRUMENTOS E AS CASAS FAMILIARES RURAIS

Gimonet (2007), aponta que a formação em alternância, ou seja, a implementação da Pedagogia da Alternância como um dos componentes da educação do futuro, visto que a escola do século XX se tornará inadequada diante dos avanços tecnológicos. Porém, o mesmo autor destaca em forma de alerta, que a alternância exige que ela seja constituída de todo um processo, para não se limitar a um simples método pedagógico.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, para a constituição de uma Casa Familiar Rural (CFR) são necessários os seguintes passos: uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, na qual cada um é valorizado e que baseia seu funcionamento na densidade e na qualidade das relações humanas; a criação de uma associação de pais e outros do meio, como um espaço de intercâmbio, reflexão, exercício de responsabilidade, poder, formação e engajamento.

Isto nos aponta, que para a criação de uma CFR é necessário que ocorra o envolvimento direto das partes interessadas, sendo primeiramente percebida a sua necessidade e compreendida a sua importância.

Com base na LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, o Conselho Nacional de Educação (CNE) destaca os artigos que asseguram a possibilidade de reconhecimento da pedagogia da Alternância em território nacional:

Art. 22. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. § 2.º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I. a carga horária mínima anual será de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Desta forma, a partir do reconhecimento desta prática, foi possível a implementação e a certificação das CFRs no território nacional.

Para que a pedagogia da alternância não fique apenas na boa ideia pedagógica, Gimonet (2007), afirma que a pedagogia da alternância deve funcionar como um método, um sistema com diferentes componentes. É neste contexto que se aplicam os instrumentos da pedagogia da alternância. Aponta o Plano de Formação como um instrumento fundamental, elaborado para cada uma das alternâncias do ano letivo.

Além deste Plano, na CFR Filhos da Terra são adotados outros instrumentos importantes, descritos no Planejamento Pedagógico da escola.

Cada uma das alternâncias apresenta um Tema Gerador. Com base neste tema, os educandos levam para casa uma Pesquisa Participativa, uma introdução do tema da próxima alternância, a fim de fazerem em conjunto com a família um debate e levantarem dúvidas e questionamentos que serão apresentados no momento da Colocação em Comum, realizada no primeiro dia da semana presencial.

Após a Colocação em Comum, as Aulas, Cursos, Exercícios, bem como as Visitas de Estudo realizadas durante a semana serão voltadas para atender as demandas de dúvidas e apontamentos elencados pelos jovens e pelas famílias.

Todas as atividades realizadas devem ser registradas no Caderno de Alternância, que ao longo do ano apresenta uma síntese de todos os temas debatidos, e contribui para a elaboração do Projeto Profissional de Vida do Jovem, outro instrumento fundamental. Este é elaborado desde o primeiro ano do Ensino Médio, sendo continuamente revisado e aprimorado, para que no final do ensino Médio, o jovem tenha traçado um projeto para efetivação da sucessão na propriedade da família, viável de forma econômica e também socialmente.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente, são várias as delimitações sobre os conceitos das definições e enquadramentos da agricultura e do(a) agricultor(a) familiar. Porém, todas convergem para o mesmo sentido. A definição mais reconhecida e aceita é a estipulada pela Lei do Governo Federal, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.(Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos)

De acordo com o INCRA/FAO, 1996, o universo agrário brasileiro é complexo, tanto em função da diversidade da paisagem agrária, que envolve o meio físico, o ambiente e as variáveis econômicas, como pela existência de diversos tipos de agricultores, que apresentam estratégias e interesses particulares de sobrevivência e de produção, respondendo de forma diferente também aos desafios.

Ainda, segundo dados do INCRA/FAO, a eficiência econômica e a dinamicidade da agricultura familiar podem ser ilustradas a partir da capacidade de responder por 37,9% de toda a produção nacional, com apenas 30,5% da área e 25% do financiamento total. Os produtos destinados à subsistência (aves, milho, feijão, leite e pecuária de corte) do grupo familiar também têm destacada importância, uma vez que podem contribuir na geração de renda em momentos de crise no setor agrícola.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (~~IBGE~~, 2010), as atividades da agricultura familiar estão em 84% dos estabelecimentos agropecuários, respondendo por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural, além de representar aproximadamente 74% da população rural. Assim, fica evidenciada a importância da agricultura familiar na produção e ocupação de mão de obra no campo.

A agricultura familiar representa 33% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Este segmento econômico e social garante a ocupação de 74,4% da mão de obra no meio rural, utilizando menos de um quarto da terra agricultável do país, em 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários. (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA | 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO pg. 25)

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL

Segundo Andrioli (2016,p.133)na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, área de atuação da CFR Filhos da Terra, o cenário sofre mudanças significativas:

Até os anos 1950, a paisagem era caracterizada pela agricultura diversificada, no entanto, estimulada pelo governo, implantou-se na região a monocultura de soja, o

que levou a mudanças na forma de produção dos pequenos agricultores que se tornaram conhecidas no Brasil como uma “modernização conservadora da agricultura”.

Desde o final dos anos 1970, a monocultura de soja passa por uma crise crescente, atrelada as variações cambiais internacionais, que influencia diretamente desde o preço dos insumos até o preço da venda dos grãos, deixando os produtores completamente dependentes deste cenário. A problemática dos agricultores produtores de soja tem um significativo impacto sobre toda a região, que se tornou dependente desta monocultura, quando da ocorrência de frustração de safras, ou ainda dos preços desfavoráveis na hora da compra dos insumos e venda do produto, a economia local sente fortemente os impactos.

A modernização da agricultura altera também o cenário social do campo onde já se percebia um movimento intenso do êxodo rural ocasionado também, mas não somente, pela oferta das indústrias em ascensão no meio urbano e no esgotamento dos solos em diversas pequenas propriedades. A população diminui consideravelmente enquanto a produção tenta se elevar através da modernização dos meios de produção, com mais implementos substituindo pessoas. Teixeira(2005), resume que “modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e tecnificação da lavoura” Salienta que, na verdade, a modernização da agricultura espera contemplar o sistema capitalista escolhendo quem pode lucrar e com o que lucrar.

Como já citava Graziano da Silva (1991), o desenvolvimento tecnológico trouxe para a agricultura muitos avanços com a superação de vários entraves que eram encontrados no meio rural oriundos especialmente das forças da natureza, e o progresso técnico então chega com o propósito de romper essas barreiras e vencer os obstáculos a fim de aumentar a produtividade e lucratividade das áreas, fazendo com que a tecnologia vença a natureza e essa esteja subordinada ao capital.

Segundo o documento de referência da 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário (CNDRSS 2013), o conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas, etc, que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Ainda, de acordo com o mesmo documento, o conceito de rural ou de ruralidade não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Pelo contrário, a visão de rural e de ruralidade afirmada desde a 1ª CNDRSS destaca

positivamente que a diversidade e a multifuncionalidade como marcas específicas dos espaços rurais e que o rural tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do país. Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes.

Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc, a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc. originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados. Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos - sociais, ambientais, econômicos, entre outros, normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento.

2.4 ÊXODO RURAL

O êxodo rural pode ser compreendido como uma consequência da Revolução Verde. Excluído do processo, e pelo processo de modernização os agricultores familiares se vêem obrigados a buscar alternativas no meio urbano.

Nos últimos 40 anos, o perfil da distribuição espacial da população brasileira sofreu profunda alteração. Entre 1940 e 1980, inverteram-se os percentuais da população rural e urbana, a primeira caindo de aproximadamente 70% da população total para cerca de 30%, enquanto a segunda aumentava de 30% para 70%. (PALMEIRA, 1989, p. 88)

No contexto neoliberal, as políticas públicas são voltadas ao crescimento econômico, e isto não difere quando falamos em educação. O modelo de ensino, de maior abrangência no país prepara os jovens para o contexto urbano, os adequando ao sistema, sem um olhar diferenciado para o entorno da escola e a estes atores sociais. É assim que Freire (1987), apresenta como “educação bancária”:

É porque os homens nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe a educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados para a concepção “bancária”, tanto mais “educados” porque adequados ao mundo. Esta é uma concepção, que implicando numa prática, somente pode interessar aos opressores que estarão tão em paz, quanto mais educados estejam os homens ao mundo. E tão mais preocupados quanto mais questionando o mundo estejam os homens(FREIRE, 1987,p.36).

Foi a partir da organização e da luta dos movimentos sociais, que somente a partir de 1990 surgiu um novo modelo denominado de educação do campo. Foi também por meio dos movimentos sociais que ocorreu a instalação da CFR Filhos da Terra.

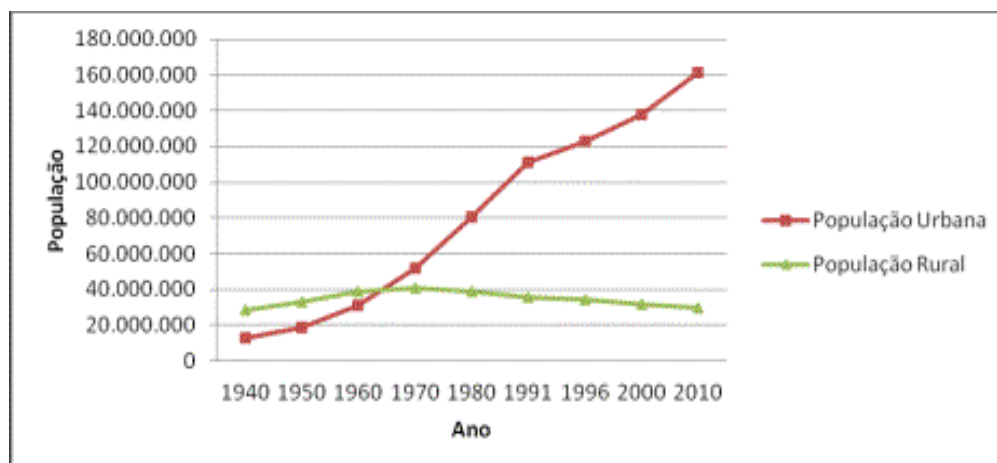
Stropasolas (2002) aponta que a escassez de recursos impede novos investimentos, a profissionalização dos jovens e a remuneração dos filhos dos agricultores, gerando assim uma instalação de conflitos entre as gerações, o que reflete diretamente na sucessão.

A recusa da condição de agricultor(a) se expressa no movimento dos jovens em direção à sede dos municípios da região, em busca de oportunidades de trabalho ou mesmo de acesso a níveis superiores de educação. A não resolução dessas questões e o débil reconhecimento delas pelas entidades representativas e organizações sociais locais provocam o desestímulo dos jovens e acirram o movimento migratório (STROPASOLAS, 2002, p.23).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) que as rege a CFR Filhos da Terra, seus propósitos são: educar para a cidadania, para a vida em comunidade, para formação de agricultores com conhecimentos amplos e específicos da realidade em que atuam e principalmente valorizar a cultura e as experiências dos jovens como fonte de conhecimento válido. O trabalho educativo deve envolver a escola, a família e a comunidade, oferecendo uma formação integral, como cidadãos íntegros e atuantes na sociedade (PPP CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA, 2019).

Segundo dados do IBGE 2010, o êxodo rural é acentuado em nosso país, como pode ser observado pela figura 1 abaixo que apresenta a evolução da população rural e urbana brasileira:

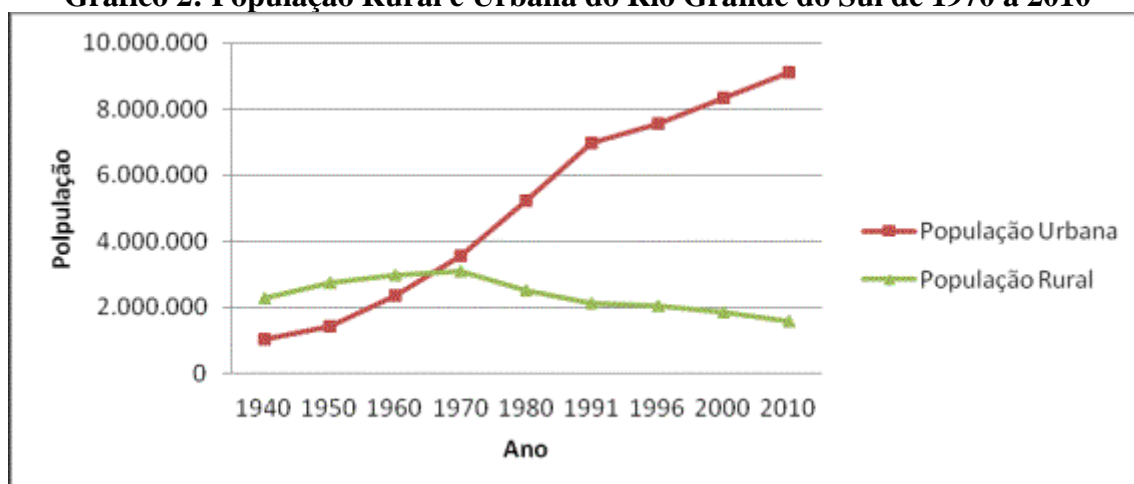
Gráfico 1: População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2010



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2022.

O mesmo cenário está presente no Estado do Rio Grande do Sul, onde a dinâmica populacional foi semelhante, conforme indica :

Gráfico 2: População Rural e Urbana do Rio Grande do Sul de 1970 a 2010



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2022 e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: www.fee.tche.br/sitefee/pt/content. Acesso em 07/05/2022.

As figuras 1 e 2, apresentam respectivamente cenários relacionados ao Brasil e ao Estado do RS quanto a evolução da população residente nos meios urbanos e rurais, sendo que ambos apresentam um índice elevado e de rápido crescimento das suas populações urbanas, ao mesmo tempo em que registram uma considerável redução da população rural.

Fica evidenciado que foi a partir da década de 60 que o número de pessoas residentes no meio urbano ultrapassou o rural e desde então segue ampliando essa margem.

2.5 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O tema da sucessão na agricultura familiar é algo frequentemente apontado como uma problemática, e muitas vezes debatido de forma rasa, mas que deveria ser amplamente discutido e estudado, principalmente pelo poder público, pelas entidades representativas, bem como pela classe. É perceptível que cada vez mais os jovens estão abandonando o meio rural, e migrando para as cidades, em busca de novas oportunidades, que lhe são restringidas ou mesmo negadas no campo.

Castro (2016) afirma que, apesar de todos os avanços, principalmente por meio das políticas públicas, a partir dos anos 2000, para a maioria dos jovens a vida no campo ainda significa o enfrentamento de barreiras para sua independência e suas possibilidades de escolha. Questões ligadas diretamente ao acesso à educação de qualidade em todos os níveis, o acesso à terra e a renda, que são tidos como essenciais para a efetivação da permanência dos jovens no campo e na sucessão das propriedades da agricultura familiar.

Conforme Silvestro et al (2001, p.51), “[...] a permanência na atividade agropecuária esteve, até muito recentemente, associada diretamente ao desprezo pela formação dos jovens”. Porém, hoje a educação é vista como uma ferramenta para incentivá-los a permanecer.

Já Mendes e Reis (2010), apresentam a percepção e ações das famílias dos jovens como um fator importante para a tomada de decisão dos jovens, sobre sua permanência ou não na condução das atividades na propriedade, atrelando a descrição sobre sua permanência ou não na propriedade aos espaços conquistado e ao reconhecimento do seu trabalho, tanto no campo simbólico quanto financeiro, ou material, especialmente quando se analisa os contextos da agricultura familiar.

3 METODOLOGIA

Independente do enfoque, para a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, sempre temos que partir de um problema, de uma inquietação ou “desconforto” que nos desafie, e assim buscar, pesquisar e relatar sobre esta questão. Um sentimento ligado a necessidade de melhor compreensão deste complexo cenário, pensando em apontar caminhos, linhas para aprofundamento dos debates norteadores das tomadas de decisão, levaram a autora a se desafiar na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Neste estudo de caso, a pesquisa possui abordagem qualitativa, com o objetivo de produzir informações ilustrativas e aprofundadas acerca da pesquisa a ser realizada, envolvendo contextos sociais, econômicos e educacionais, buscando compreender o impacto da Escola Casa Familiar Rural na vida das famílias dos ex e atuais educandos e educandas da instituição.

Quanto a sua natureza, a pesquisa é aplicada, visando reunir informações e gerar conhecimento norteadores de tomadas de decisão. As entidades associadas e apoiadoras, diretamente envolvidas no processo poderão, a partir desta pesquisa, encontrar embasamentos para definir os rumos os investimentos na educação do campo, voltada para a formação de agricultores familiares.

Com relação aos objetivos da pesquisa, ela pode ser classificada como exploratória, pois além da pesquisa bibliográfica, entrevistas com os diversos atores envolvidos no processo serão fundamentais, seguida de uma profunda análise dos dados levantados, contextualizando os cenários e possibilidades.

Os dados foram coletados por meio de formulários digitais, enviados para as entidades, bem como para as famílias por ferramentas de comunicação digital. A recepção foi muito boa, as respostas, verdadeiros depoimentos, retornaram por meio de texto escrito, bem como por áudios. A pesquisa se deu com 03 jovens egressos e com 03 jovens que estão finalizando o 3º ano de formação no Ensino Médio na CFR Filhos da Terra, bem como com suas famílias, coordenação escolar e com 03 entidades associadas. Após o recebimento das informações, e compilações dos dados, quadros foram gerados, visando dar maior clareza aos resultados desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será apresentado inicialmente uma contextualização da região de atuação da CFR Filhos da Terra, bem como seu histórico, seguido da análise dos resultados obtidos através do questionário de entrevistas, trazendo as informações sobre o perfil dos jovens entrevistados, bem como de suas famílias, composto pelas características da propriedade e seus aspectos produtivos, sociais e econômicos além de apontar as influências sofridas por meio do acesso a CFR Filhos da Terra.

As perspectivas futuras sob a visão dos jovens, bem como avaliações por parte das famílias e das entidades associadas e apoiadoras também serão apresentadas, culminando na avaliação sobre os impactos na sucessão e no desenvolvimento da agricultura familiar na região FN RS a partir da ação direta da CFR Filhos da Terra.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ATUAÇÃO E HISTÓRICO DA CFR FILHOS DA TERRA

A Região Fronteira Noroeste do RS, é composta por 20 municípios, está situada no noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. É a principal região de atuação da CFR Filhos da Terra, que ultrapassa esse limite, chegando também nos municípios de Ubiretama e São Paulo das Missões, municípios pertencentes à Região Missões do RS. Esse espaço de atuação ocorre devido a organização da Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Grande Santa Rosa (ASTRGSR), entidade fundadora da CFR Filhos da Terra.

A região FN foi a última região incorporada ao plano de desenvolvimento do Estado, sendo apenas em 1915 que o governo do Estado do Rio Grande do Sul definiu a criação da Colônia de Santa Rosa, objetivando explorar seu potencial econômico, promover a regularização e valorização fundiária, bem como intensificar o controle sobre os caboclos, como assim eram conhecidos os habitantes dessa região de fronteira. Uma de suas principais características é possuir um quadro social diversificado, compreendendo distintos grupos étnico-culturais, com trajetórias históricas e condições socioeconômicas muito heterogêneas. A cidade de Santa Rosa, já na época era o maior centro urbano, e sendo considerada o núcleo da colônia, porém mais de 80% dos habitantes da região estavam no meio rural desenvolvendo basicamente uma produção de subsistência (TRENNEPOHL, 2011).

A agricultura familiar, o comércio e a indústria foram as bases da estrutura de produção e de formação de grupos sociais no período compreendido entre o início da colonização da região da Grande Santa Rosa, sua ascensão econômica a partir da década de trinta e a crise na década de cinquenta (ROTTA, 1999, p. 46).

Apenas em 1940, pode-se dizer que houve uma efetiva integração da Região FN ao projeto de desenvolvimento nacional, pela substituição de importações e pelo fortalecimento do mercado interno, graças à extensão da rede ferroviária e que se consolida com a modernização da agricultura e da agroindústria a partir de 1960 (ROTTA; BROSE; DALLABRIDA. 2001).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE(2010)a região FN abrange uma área total de 4.689,0 km² e uma população total de 203.494 habitantes.

De acordo com dados apresentados pelo IBGE, a Região FN apresentou em 2010, uma taxa de urbanização de 67,63%, abaixo da estadual, que no mesmo ano era de 85,10%, assim como abaixo das taxas dos demais Conselhos Regionais de Desenvolvimento(COREDEs) do Estado. A região FN apresenta, portanto, nos dados que 32,37% da população total da região é rural. Índice superior à média estadual que é de 14,9%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), serve para avaliar a qualidade de vida da população de determinado espaço, quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido, e respectivamente, quanto mais próximo de 0 menor é o nível de desenvolvimento do mesmo território. A evolução de cada um dos vinte municípios da Região FN, no período de 1991 a 2010, e o avanço significativo deste índice, demonstra que a região está evoluindo positivamente.

Quadro 1: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) no Período de 1991 a 2010

MUNICÍPIO IDHM	1991 IDHM	2000 IDHM	2010 IDHM
Alecrim	0,425	0,548	0,672
Alegria	0,412	0,578	0,695
Boa Vista do Buricá	0,535	0,669	0,762
Campina das Missões	0,515	0,607	0,738
Cândido Godói	0,491	0,647	0,728
Doutor Maurício Cardoso	0,482	0,650	0,706

Horizontina	0,568	0,725	0,783
Independência	0,465	0,601	0,691
Nova Candelária	0,385	0,603	0,759
Novo Machado	0,447	0,560	0,663
Porto Lucena	0,437	0,578	0,693
Porto Mauá	0,474	0,593	0,698
Porto Vera Cruz	0,406	0,544	0,690
Santa Rosa	0,555	0,685	0,769
Santo Cristo	0,503	0,642	0,738
São José do Inhacorá	0,441	0,602	0,747
Senador Salgado Filho	0,393	0,590	0,693
Três de Maio	0,533	0,655	0,759
Tucunduva	0,562	0,661	0,747
Tuparendi	0,495	0,642	0,728

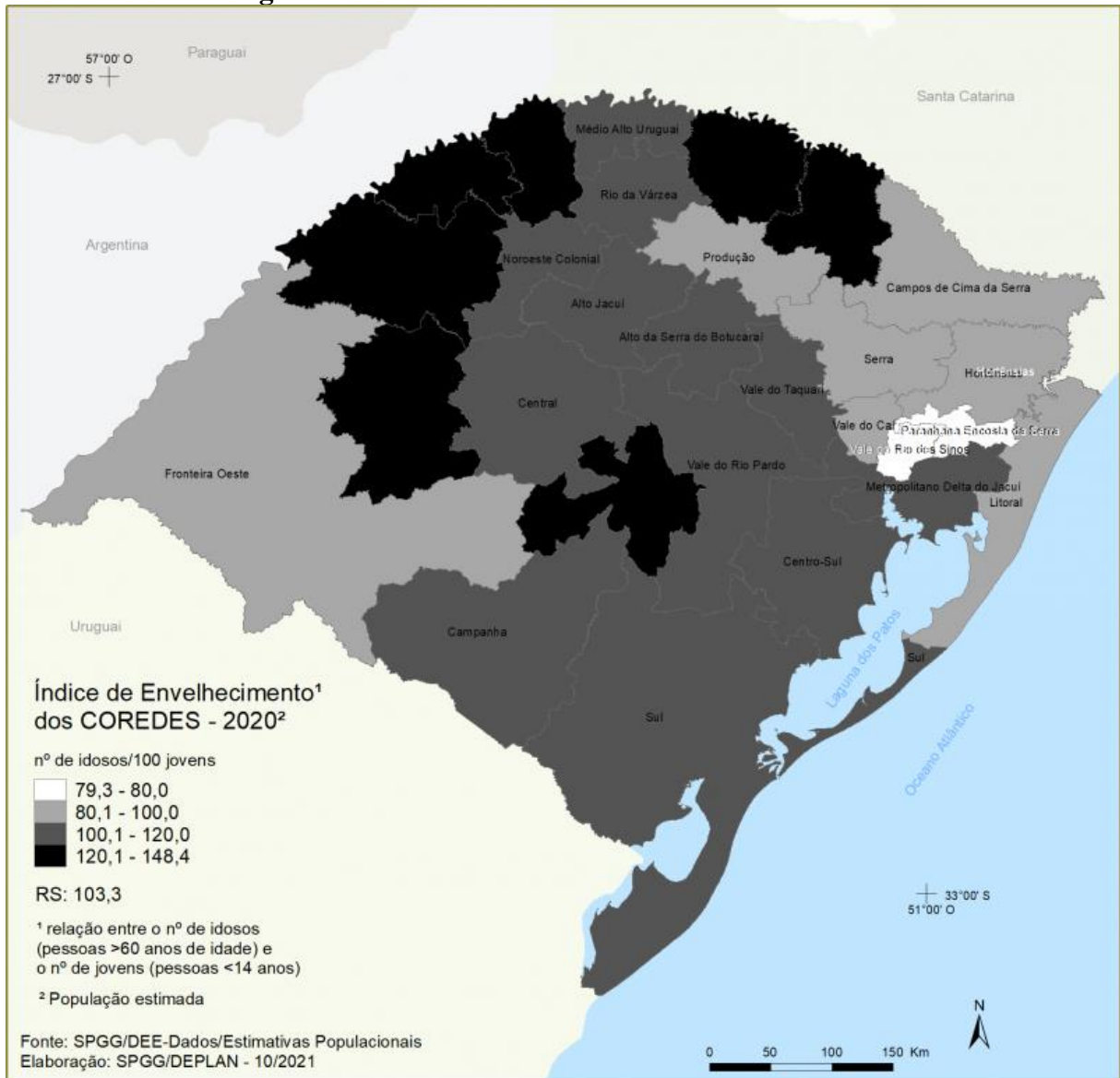
Fonte: Adaptado através dos dados do IBGE (2022)

Outro dado importante, que precisa ser analisado para compreendermos a importância da CFR Filhos da Terra no processo de desenvolvimento da região, é analisarmos o Índice de Envelhecimento, que demonstra a relação entre a porcentagem de idosos e de jovens na população.

Ainda segundo dados do IBGE, compilados e publicados pelo Atlas de Desenvolvimento Socioeconômico do RS 2020, a queda nas taxas de fecundidade, somada ao aumento da expectativa de vida, marcaram o início do processo de envelhecimento da população. O Índice de Envelhecimento vem apresentando alterações consideráveis tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. No Estado do RS, em 1970, tinha-se uma proporção de 14,8 idosos (60 anos e mais de idade) para cada 100 jovens (de 0 a 14 anos), já em 2020, este índice já passou de 100%, são 103,3 idosos para cada 100 jovens, sendo o valor mais alto do País.

Abaixo, podemos observar melhor este cenário, ficando evidenciado que a região COREDE FN apresenta dados ainda mais críticos que o Estado com relação ao percentual de população idosa x jovens.

Figura 1: Índice de Envelhecimento 2020 COREDEs



Fonte: Pirâmide Etária do RS - 2020 Estimativas Populacionais 2020/DEE-Dados/SEPLAG/RS.

(2022)

A Região FN, quando analisada sob a óptica do seu desenvolvimento econômico, o cenário é mais hegemônico, devido aos seus aspectos naturais de topografia, clima, solo e vegetação. A sua estrutura fundiária é marcada pela prevalência de pequenas unidades de produção familiar (agricultura familiar) entre escassos latifúndios, sendo sua matriz produtiva baseada na lavoura de grãos, na pecuária leiteira e na criação de suínos. Apresentando também, uma importante participação na cadeia produtiva da Indústria Metalmeccânica voltada para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, mais concentrada nos polos urbanos de Santa Rosa e Horizontina (TRENNEPOHL, 2011).

É neste contexto regional, que Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Grande Santa Rosa, motivada por experiências de sucesso em outras regiões do Estado, e com o apoio da FETAG -RS, iniciou os debates acerca da organização para a instalação de uma CFR na região. As primeiras ATAS, encontradas junto a secretaria da escola, registram que inicialmente se buscou apoio junto a outras entidades, parceiras históricas do movimento, principalmente cooperativas, e que também possuíam interesse direto em um projeto voltado a atender seu quadro social, na grande maioria agricultores familiares.

Fundada em 2005, a Associação Casa Familiar Rural Filhos da Terra, mantenedora da Escola, está completando 17 anos de história. Inicialmente, até 2018, esteve situada no município de Santo Cristo, junto à sede do Seminário Padre Adolfo Gallas, o qual teve parte da sua estrutura física disponibilizada pela Diocese de Santo Ângelo para o desenvolvimento das atividades da escola. Nesta primeira fase, a escola oferecia formação complementar, denominada de “Qualificação em Agricultura Familiar”.

Após vários anos de debate, envolvendo as famílias e as entidades associadas, decidiu-se pela busca da Certificação como Escola de Ensino Médio, visando atender jovens em uma faixa etária a partir dos 14 anos, compreendida como uma fase determinante para sua tomada de decisão de permanência ou não no campo, visto que, na região, as escolas de ensino médio estão instaladas apenas nas áreas urbanas, e todos os jovens rurais são deslocados de suas comunidades até as sedes dos municípios para poderem seguir estudando.

Após um processo burocrático, encaminhado via 17ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação do RS), em 28 de novembro de 2018, o CEEEd-RS(Conselho Estadual de Educação do RS), aprovou a implantação da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra, sendo que a partir do início do ano letivo de 2019, ingressou na escola a 1º turma no 1º ano do ensino médio, formando-se em 2021. Hoje, a escola conta com 60 jovens educandos, divididos nas três turmas do Ensino Médio e um quadro de 16 educadores atuando nas diferentes áreas, além de 05 monitores.

4.2 PERFIL DO(A) JOVEM ENTREVISTADO(A) E DO GRUPO FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE, PERSPECTIVA DE FUTURO E AS CONTRIBUIÇÕES DA CFR FILHOS DA TERRA NESTE CONTEXTO

De acordo levantamento realizado pela CFR Filhos da Terra, no momento da inscrição dos educandos, e disponível na secretaria na escola, em torno de 90% das famílias dos jovens

educandos se enquadram na modalidade de agricultura familiar, tendo suas atividades produtivas fortemente vinculadas a produção leiteira, suínos e lavoura, está última com pouca diversificação, basicamente soja e milho. A diversificação produtiva acontece mais no campo da alimentação, da subsistência do grupo familiar, por meio de pomares e hortas.

A partir das informações coletadas junto aos jovens e suas famílias, alguns aspectos foram repetidamente elencados, demonstrando a formação de perfis muito similares, especialmente nos campos da visão da atuação da CFR Filhos da Terra, bem como das expectativas futuras.

Nos quadros a seguir, podemos comparar algumas destas informações apresentadas pelos Jovens Estudantes. No quadro 1, se apresenta as informações relacionadas aos Jovens já Formados pela CFR Filhos da Terra, definidos como (JF), e no quadro 2, as percepções dos jovens formandos da escola, estudantes do 3º ano do Ensino Médio, definidos como (JE) :

Quadro 2: Percepções Jovens Formados (JF)

Jovens Formados	Como avaliam a pedagogia da alternância	Implantação de mudanças/melhorias na propriedade	Mudança de percepção sobre a importância da agricultura familiar	Realizaram a sucessão
JF1	Positiva, com algumas ponderações	Foram implantadas em diversas áreas	Sim, tornou-se atuante nos debates	Sim
JF2	Positiva	Significativas	Muito grande	Sim
JF3	Positiva	Ainda estão acontecendo	Desenvolveu outra visão	Sim

Fonte: Pesquisa aplicada pela autora.

Quadro 3: Percepções Jovens Estudantes(JE)

Jovens Estudantes	Como avaliam a pedagogia da alternância	Implantação de mudanças/melhorias na propriedade	Mudança de percepção sobre a importância da agricultura familiar	Probabilidade de realizarem a sucessão (0 a 10)
JE1	Positiva	Está acontecendo	Sim, grande	9
JE2	Positiva/Vantajosa	Gradativa	Sim	9
JE3	Positiva	Em fase inicial	Compreendido	7

Fonte: Pesquisa aplicada pela autora.

Fica evidenciado por meio da análise destes dados, a avaliação positiva por parte dos jovens quanto a aplicação da pedagogia da alternância, ou seja, uma semana em regime de internato na escola, e duas semanas colocando em prática os ensinamentos na propriedade. Segundo o relato do JF1:

A gente sempre esperava com expectativa chegar a semana de internato na escola, era uma semana muito produtiva nos estudos, na integração com os colegas e com os professores, mas também exigia que todos da família se adequassem, era necessário na semana anterior adiantar alguns trabalhos na propriedade, e no retorno, na sexta-feira, tinha muito serviço pendente pra fazer, mas ainda era muito melhor assim do que ir todo dia meio turno, como no ensino fundamental, a gente ficava ainda mais afastado das lidas do dia a dia. (Depoimento JF1, 18 de maio de 2022)

Quanto a implantação de mudanças/melhorias nas propriedades, a avaliação também é positiva. Por meio das aulas, tanto teóricas, quanto práticas, e das visitas de campo, os educandos compreendem a importância dessa constante evolução, aprimoramento das práticas da propriedade, e as implantam de acordo com suas próprias realidades, alguns de forma mais incisiva, outros, por questões diversas, de forma mais gradativas.

Sobre as percepções da importância da agricultura familiar, seja no contexto do desenvolvimento local/regional sustentável, ou ainda de forma mais ampla, quando avaliado o seu grau de contribuição na produção de alimentos e na economia do país, todos os entrevistados destacam que a partir do processo de ensino da CFR Filhos da Terra, mudaram a sua visão, compreendendo de melhor forma este cenário, inclusive se tornando mais atuantes

nas entidades comunitárias, nas cooperativas e sindicatos, ou seja, nas organizações sociais e representativas da sua classe.

Destaca-se ainda o grau de permanência destes jovens no campo, ou seja, a efetivação da sucessão rural nas propriedades. Este que é objetivo maior da CFR, apresenta dados que permeiam os 100%.

4.3 O QUE A FAMÍLIA (PAIS E MÃES) TÊM A DIZER SOBRE O JOVEM E A CFR FILHOS DA TERRA

A família dos jovens educandos está na essência da escola, na sua origem enquanto associação, no seu nome, e permeia todas as práticas educacionais desenvolvidos, é a base, o meio e fim de deste processo.

Desta forma, a pesquisa não poderia deixar de ouvir os pais e mães, dos jovens já formados e também dos formandos, visando comparar algumas percepções acerca do processo de ensino da escola CFR Filhos da Terra, bem como quanto as suas perspectivas.

Com relação as motivações que levaram a conduzir seus filhos para a CFR, as diferenças percebidas quando relacionadas a escola tradicional, e as expectativas, as respostas apontaram algumas semelhanças, também percebidas nas respostas dos jovens.

De acordo com a percepção da família, pai e mãe do JF2, a possibilidade de estudar na CFR foi um "acalento" para as angustias da família:

Na época, e até hoje segue assim, quando terminou o ensino fundamental teria que ir estudar em uma escola da cidade, da rede estadual, lá juntam todos alunos do município, misturam os da cidade, que são maioria, com os do interior, e a gente sentia muito por isso, por ele não se adaptar, se sentir excluído, e ele estava enxergando o estudo como uma obrigação. (Depoimento pai/mãe JF2, 20 de maio de 2022)

Este mesmo fator, aparece nas diferenças percebidas com relação a escola tradicional, quando as famílias relatam sobre a possibilidade de manterem os filhos estudando em uma escola localizada no meio rural, cujo entendimento deles é que isto fortaleceria o vínculo com as atividades rurais, além de conviverem diretamente com amigos, colegas, que também apresentam as mesmas expectativas, e assim não se sentirem excluídos, muito pelo contrário, se motivarem. Ainda, de forma recorrente, apontam para as expectativas da realização da sucessão na propriedade da família, citando as dificuldades em manter a terra, e conquistar os

bens, e que caso não houvesse esse interesse dos jovens em permanecer na atividade, tudo teria sido em vão, perderia grande parte do sentido do trabalho de décadas da família.

Com relação a pedagogia da alternância, os depoimentos apontam para no primeiro momento ser visto com preocupação, pois manteria os filhos fora de casa por uma semana, inclusive durante a noite. Essa preocupação se apresenta de forma mais acentuadas nas famílias das alunas, por uma questão cultural, um preconceito a ser superado. Também é citado a compensação da falta deles naquela semana, com o retorno motivados para o trabalho nas duas semanas seguintes.

A gente já começa a se preocupar uns dias antes deles irem, prepara lanches e coisas pra mandar, pensa em todo serviço da semana, mas a ansiedade e alegria dela em ir, não tem como disfarçar, isso me acalma, e quando volta, não vence contar tudo, mas também trabalha pra deixar tudo em dia. (Depoimento Mãe JE1)

Sobre a situação das propriedades e expectativas futuras, apesar de todas as dificuldades, são propriedades com capacidades de crescimento. As famílias apresentam também grande integração social, sendo lideranças nas suas comunidades, nas igrejas, nos clubes, e também nos sindicatos e cooperativas locais e regionais.

Evidencia-se também grandes expectativas quanto a permanência dos jovens na propriedade, apesar de alguns relatos de casos específicos de atritos, especialmente quando o assunto é implementar mudanças no sistema produtivo, esse fator foi apresentado com um desafio a ser superado.

4.4 O QUE AS ENTIDADES ASSOCIADAS, APOIADORAS E REPRESENTATIVAS DA CLASSE (MUNICIPAL E REGIONAL) TEM A DIZER SOBRE OS JOVENS E A CFR FILHOS DA TERRA

Foram entrevistadas três entidades associadas, sendo dois sindicatos e uma cooperativa. Estas entidades, registraram sua participação e envolvimento direto com a CFR Filhos da Terra, desde antes da sua efetiva criação. Foram entidades que acompanharam desde o início os debates, quando este foi fomentado pela FETAG/ RS. Na região, buscaram apoio das demais entidades sindicais, e cooperativas, e também das prefeituras municipais, visando o amadurecimento da proposta e a sua viabilização.

Quanto ao seu papel, além de articuladoras, formaram juntamente com as entidades que aderiram ao projeto, uma rede de viabilização financeira para que a associação pudesse abrir, e

manter a escola em funcionamento. Destacam que nesse período, apenas alguns recursos, esporádicos eram captados, por meio de emendas parlamentares, ou em parceria com o SENAR/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do RS).

A coordenação da associação, era também muitas vezes assumida por lideranças destas entidades, as quais eram cedidas, e assumiam de forma voluntária este trabalho.

Motivos não faltavam para que houvesse essa "aposta" na implementação e na construção permanente da CFR Filhos da Terra. As entidades percebiam fortemente o êxodo rural acontecendo em seus municípios, afetando a economia e o modo de vida das suas famílias associadas. Este cenário levava a uma adesão e uma participação cada vez menor de jovens, dificultando o processo de formação de novas lideranças, para atuarem tanto nas entidades, como nas comunidades. A percepção era de que, sem a perspectiva da sucessão, a agricultura familiar, seus modos produtivos e de vida corriam sério risco de serem extintas, ou então, propriedades que resistissem não serem mais reconhecidas pelas políticas públicas, sofrendo ainda mais dificuldades para se viabilizarem.

Passados 17 anos da fundação da Associação CFR Filhos da Terra, a percepção das entidades quanto aos resultados do seu trabalho, podem ser apresentadas pelo depoimento de uma das lideranças sindicais entrevistadas:

Percebe-se que os alunos que frequentaram a casa familiar em sua grande maioria estão colocando em prática seu aprendizado. O envolvimento com as entidades, cooperativas, sindicatos, demonstra que os alunos estão se destacando como líderes dessas entidades. Demonstrando que a educação além de contribuir para agregação de renda na propriedade e a permanência do jovem no meio rural também se destaca pela inserção social dos jovens em diversos segmentos da sociedade e da comunidade no qual estão inseridos. (Depoimento liderança sindical, 18 de maio de 2022).

4.5 IMPACTOS NA SUCESSÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE RS A PARTIR DA AÇÃO DIRETA DA CFR FILHOS DA TERRA

Conforme os dados e relatos apresentados nos itens anteriores, no ano de 2005, ano de fundação da Associação CFR Filhos da Terra o cenário na região era de grande preocupação quanto ao futuro da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável da região. Essa preocupação era presente tanto nas famílias, na angústia dos jovens que gostariam de estudar e permanecer no campo, mas não viam alternativas, bem como das entidades representativas ou com atuação direta neste setor.

Partindo de um cenário aparentemente sem alternativa, a fundação da Associação CFR Filhos da Terra, surge como algo desafiador, e recebe olhares de dúvida, de críticas, mas especialmente de esperança.

A persistência das entidades associadas, sempre acompanhada das expectativas das famílias, foi fator determinante para a superação dos diversos desafios enfrentados nesta trajetória, que conforme depoimento da direção escolar, evidencia-se nas reuniões de acompanhamento e nas assembleias que envolvem todo o quadro social da associação.

Passados 17 anos da sua fundação, 88 jovens receberam formação pela CFR, sendo 70 com a Qualificação em Agricultura Familiar e após a certificação da escola, mais 18 já estão formados com o grau de Ensino médio, acrescido da Qualificação em Agricultura Familiar, além de outros 60 que estão matriculados na escola no momento. Estamos apontando um número de 148 jovens, e suas famílias, que de forma direta estiveram vinculados, por pelo menos 03 anos com a escola. Este é um dado importante, o número por si só fala e representa muito.

Também este dado pode ser analisado sob outro aspecto, o da importância da Certificação da Escola em Ensino Médio. A partir da certificação de Escola de Ensino Médio, constatou-se um expressivo aumento no número de educandos e educandas. Nos 5 anos seguintes, de 2018 a 2022, o número de educandos matriculados foi de 88, enquanto nos 12 anos anteriores chegou apenas a 70, o que reforça o acerto na tomada de decisão.

A pesquisa também evidenciou a questão de gênero. O número de meninas estudantes na CFR Filhos da Terra é muito inferior quando comparado ao número de meninos. Na primeira turma de jovens formado no Ensino Médio, eram apenas duas meninas, enquanto os meninos eram 16.

Nas turmas seguintes, este número teve uma pequena elevação, se direcionando para uma tão sonhada paridade, mas o caminho até lá apresenta inúmeros desafios. Quando falamos em sucessão no meio rural, atividade produtiva na agricultura, essa questão sempre aparece, também foi citada pelas famílias como uma preocupação. A própria questão da alternância, dos jovens passarem uma semana inteira longe de casa, foi visto como um fator de dúvidas pelas famílias das meninas, que elas tiveram que superar para começar, e poderem seguir estudando na escola.

Ainda, de acordo com as entidades ouvidas, a implantação da CFR Filhos da Terra, e o envolvimento direto das lideranças na busca da sua viabilização, seja no campo organizacional, financeira e na busca de alunos, abriu o campo de visão destas lideranças, que passaram a voltar

uma atenção especial ao tema, inclusive conduzindo as entidades para o desenvolvimento de outros projetos e programas complementares, alguns de forma permanente.

Estes projetos e programas, foram, e estão sendo desenvolvidos muito de acordo com as demandas ouvidas das famílias e dos próprios jovens, que vão desde incentivo a produção de alimentos, inclusive com certificação orgânica, busca por alternativas de atividades complementares de renda, rodadas de debates regionais sobre os desafios das principais cadeias produtivas, no caso o leite, suínos, além de cursos específicos para formação de novas lideranças.

Os impactos destas ações já são perceptíveis, e devem seguir sendo avaliados, vindo a fortalecer todo o processo e contribuir com a definição dos rumos do trabalho desta entidade associativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, apresentava o objetivo de verificar os impactos na sucessão e no desenvolvimento da agricultura familiar na região Fronteira Noroeste do RS a partir da atuação da Escola Casa Familiar Rural Filhos da Terra, permitindo realizar uma conceituação, seguida de uma análise de diversos aspectos que permeiam o tema central, como a pedagógica da alternância, intrinsecamente ligada ao processo de educação da CFR, a educação do campo, no sentido da legislação, dos seus desafios e práticas, além do desenvolvimento rural, da agricultura familiar, sua situação perante o cenário do êxodo e as possibilidade de sucessão rural.

Neste contexto, discorreremos sobre estes campos, vinculando a uma análise da região FN do RS, atrelando e discutindo a sua influência tanto na sua base de formação, mais histórica, quanto ao seu momento atual.

Este estudo também ressaltou que o processo de construção, de um novo modo de ensino, neste caso voltado aos filhos e filhas de agricultores familiares, apesar de todo o envolvimento e consciência das entidades regionais quanto a sua importância, e real necessidade, não é algo rápido, e muito menos fácil. O processo de amadurecimento da proposta, de condução a um formato que atende de forma melhor a região, e contempla-se a demanda das famílias, que foi a demanda pela certificação em escola de ensino médio, também não aconteceu da noite para o dia, foram 12 anos da fundação da escola até a tomada de decisão e protocolo do processo junto ao CEEed-RS.

Esta pesquisa de conclusão de curso, também nos permitiu, através da ótica dos jovens, formados e formandos, das suas famílias, das entidades, da direção e coordenação escolar conhecer e vivenciar suas realidades, seus anseios, desafios e esperanças, mas além disso, poder compreender o grau de importância que uma escola, no caso a Escola CFR Filhos da Terra proporcionou no sentido na transformação de diferentes realidades.

Se o cenário em 2005 era de desespero, diante da constatação do êxodo rural avançando a passos largos na região, a escola CFR Filhos da Terra veio para romper paradigmas, apontar novos caminhos. A esperança depositada neste projeto, tão audacioso, moveu além de sonhos, ações permanentes de valorização da agricultura familiar que permitem aos jovens agricultores poderem optar por uma educação voltada as suas realidades, lhes possibilitando realizar a sucessão rural.

Nos cabe também destacar os limites apresentados por este projeto. Falamos dos desafios, que são diversos, tanto no campo econômico/material, como humano. O desenvolvimento contínuo e o avanço desta experiência, para seguir evoluindo e trazendo cada vez mais resultados concretos no campo da sucessão e do desenvolvimento rural sustentável, precisa de uma fonte de recursos financeiros mais ampla, que oportunize desde melhorias nas estruturas físicas da sede da escola, bem como custeie o desenvolvimento das atividades ligadas aos instrumentos pedagógicos, como as visitas e viagens de estudo, além de ações de estruturação da área de experimentação agrícola da escola.

O desafio segue na questão de profissionais habilitados, qualificados, com o perfil coerente para atuarem nesse sistema de ensino, que pode se definir como desafiador. A formação destes profissionais, vai muito além das fronteiras da própria escola, e é um dos grandes dilemas na atualidade, e a curto e médio prazo.

O vínculo com as entidades fundadoras e associadas, bem como a busca da inserção de novas entidades na associação, se faz fundamental para a manutenção da escola em si, bem como para que os rumos do seu trabalho sigam coerentes com as demandas da região. A participação das famílias dos(as) jovens educandos(as) também se faz fundamental, precisa ser mantida e fortalecida.

Diante do atual cenário político nacional, as práticas educacionais adotadas pela CFR Filhos da Terra se contrapõe em diversos aspectos com a realidade vivenciada, a luta será necessária para a manutenção de uma política educacional libertadora.

Sabemos que a iniciativa da CFR Filhos da Terra, desenvolvida na região FN do RS, é considerada recente, e que, portanto, pesquisas como esta vêm levantar e apresentar alguns

dados importantes, que merecem serem analisados, visando fortalecer todo o processo, porém pesquisas futuras, poderão com mais precisão apontar os reais efeitos a médio e longo prazo.

Após a realização de pesquisas bibliográficas, análise dos documentos disponibilizados pela escola, das entrevistas com os jovens formados, formando e suas famílias, bem como com as entidades associadas e direção e coordenação escolar, foi constatado que a Educação do Campo, a ótica da Pedagogia da Alternância, desenvolvida pela CFR Filhos da Terra, é importantíssima para promover o Desenvolvimento Rural Sustentável. Conforme já descrito e analisado ao longo desta pesquisa, os impactos são extremamente positivos perante os jovens e suas famílias, criando perspectivas e possibilidades de sucessão rural, de valorização e da busca da viabilização da agricultura familiar como um modo de vida e profissão. Trata-se de formas e princípios que vem a promover o Desenvolvimento Rural na região.

REFERÊNCIAS

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278303008_ARQUIVO_FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019

ANDRIOLI, A. I. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul** – [Chapecó]: UFFS, 2016.

Arquivos físicos Secretária Escolar CFR Filhos da Terra. Consultado em 06 de setembro de 2021.

Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007. (Coleção Aidea Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação) Bibliografia. ISBN978-85-3263485-6

BRASIL. **LEI n° 11.326, de 24 de julho de 2006.** Regula e institui a instrumentos destinados a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 julho de 2006. 1999. Disponível em: . Acesso em: setembro de 2021.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 45, p. 193-212, jul-dez. 2016. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/30734/17809>>. Acesso em: 27 maio 2022.

Gimonet, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**/Jean-Claude Gimonet; tradução de Thierry de Burghgrave.–Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR–2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2° ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. Reforma Agrária, 1991.

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf. Acesso em 20 de maio de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acesso em setembro de 2021.

INCRA/FAO **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos>. Acesso em setembro de 2021.

MENDES, D. M.; REIS, M. dos. Juventude da agricultura familiar: gênero em foco. In: Seminário Internacional fazendo gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos, 9, 2010. Santa Catarina. Anais. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em:

Palmeira, M. (1989). **Modernização, Estado e questão agrária. Estudos Avançados.** Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede Fronteira Noroeste 2015/2030. Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE) assessoria e serviços comunitários (ASC). Santa Rosa/RS, agosto 2016.

ROTTA, Edemar; BROSE, Markus; DALLABRIDA, Valdir Roque. Seminário sobre Desenvolvimento Regional na Fronteira Noroeste: textos para subsidiar os debates pré-seminário. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

ROTTA, Edemar; DALLABRIDA, Valdir Roque. Fronteira Noroeste: desafios para o desenvolvimento. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

SILVESTRO, Milton Luiz. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri: Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Acesso em: 11 set. 2014.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC.** Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

TEIXEIRA, J. C. **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS.** v. 1, n. 2, p. 21-42, 1 set. 2005. Disponível em <https://periodicos.ufms.br> acesso em 20 de setembro de 2021.

TRENNEPOHL, Dílson. Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

**ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS I: DIREÇÃO ESCOLAR E
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA CFR FILHOS DA TERRA**

- a. Nome:
- c. Escolaridade:
- d. Profissão:
- e. Tempo de atuação na CFR FILHOS DA TERRA

1-Como se dá a aplicação da Pedagogia da Alternância na CFR FILHOS DA TERRA?

3. Qual o papel da direção escolar e da coordenação pedagógica na Casa Familiar Rural?

4. -Como se dá o acompanhamento da alternância pelos professores e monitores?

6-O que levou a implantação do ensino médio na Casa Familiar Rural?

7-Como se dá a formação dos professores/monitores?

8- Como é avaliada a formação do jovem?

10 - Quais os mecanismos de interação com as famílias dos jovens educandos e educandas?

11 - Como se dá o processo de feedback entre a escola, as famílias dos jovens e as entidades associadas e apoiadoras?

**ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS II: ENTIDADES ASSOCIADAS E
APOIADORAS DA CFR FILHOS DA TERRA**

Entidades associadas e apoiadoras da CFR Filhos da Terra:

a. Nome:

b. Entidade:

1- Qual o segmento/área de atuação da entidade?

2- Desde que ano a entidade é associada, ou apoiadora da CFR Filhos da Terra?

3-Quais os motivos que fizeram a entidade se tornar associada/parceira da CFR?

4- Qual o grau de envolvimento da entidade com a CFR Filhos da Terra?

5- Quais as percepções e expectativas com relação às famílias e aos/às jovens educandos(as) da CFR quanto a sua participação e contribuição com a entidade?

6- A partir do envolvimento com a CFR Filhos da Terra, a entidade desenvolveu mais algum projeto de fortalecimento da agricultura familiar? A CFR Filhos da Terra foi fator de motivação?

**ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS III: PAIS DOS JOVENS (JE)
EDUCANDOS E EDUCANDAS**

a. Nome:

b. Idade:

c. Escolaridade:

1- Qual foi sua motivação para que seu/sua filho(a) estudasse em uma Casa Familiar?

2- Quais as diferenças percebidas em relação a uma Escola tradicional?

3- Qual sua expectativa em relação à formação de seu/sua filho(a)?

4- Como vocês avaliam a Alternância (uma semana na escola e duas na propriedade/família e comunidade). Trouxe benefícios ou dificultou o processo de organização familiar?

5- A partir da inserção do seu/sua filho(a) na Casa Familiar Rural, houve alguma mudança na forma de trabalho na propriedade, ou ainda motivou o planejamento de ações futuras? Quais?

6- Como você descreve a situação da propriedade hoje, no campo produtivo, econômico e social?

**ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS IV: JOVENS EDUCANDOS(JE)E
EDUCANDAS**

a. Nome:

b. Idade:

c. Escolaridade:

1- Qual foi sua motivação para estudar em uma Casa Familiar Rural?

2- Quais as diferenças percebidas em relação a uma Escola tradicional?

3- Qual sua expectativa em relação à formação desenvolvida na Casa Familiar Rural?

4- Como você avalia a Alternância (uma semana na escola e duas na propriedade/família e comunidade). Trouxe benefícios ou dificultou o processo de organização familiar e a sua participação no desenvolvimento das atividades e no processo de tomada de decisão na propriedade?

5- A partir da sua inserção na Casa Familiar Rural, houve alguma mudança na forma de trabalho na propriedade, ou ainda motivou o planejamento de ações futuras? Quais?

6- O processo de ensino da Casa Familiar Rural modificou algumas percepções suas acerca da importância da agricultura familiar, da forma de organização da propriedade, da relação com a sua família ou ainda do seu envolvimento com as entidades locais?

7 - Qual o percentual (0 à 10) de probabilidade de você realizar a sucessão na propriedade da sua família, ou ainda seguir residindo no meio rural e trabalhar na agricultura?

ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS V: PAIS DOS JOVENS FORMADOS (JF)

a. Nome:

b. Idade:

c. Escolaridade:

1- Qual foi sua motivação para que seu/sua filho(a) estudasse em uma Casa Familiar?

2- Quais as diferenças percebidas em relação a uma Escola tradicional?

3- Como vocês avaliam a Alternância (uma semana na escola e duas na propriedade/família e comunidade). Trouxe benefícios ou dificultou o processo de organização familiar?

4- A partir da inserção do seu/sua filho(a) na Casa Familiar Rural, houve alguma mudança na forma de trabalho na propriedade, ou ainda motivou o planejamento de ações futuras? Quais?

5- Como você descreve a situação da propriedade hoje, no campo produtivo, econômico e social?

ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS VI: JOVENS FORMADOS (JF)

a. Nome:

b. Idade:

c. Escolaridade:

1- Qual o ano que você concluiu a formação na CFR?

2- Qual foi sua motivação para estudar em uma Casa Familiar Rural?

3- Quais as diferenças percebidas em relação a uma Escola tradicional?

4- Sua expectativa em relação à formação desenvolvida na Casa Familiar Rural foi atingida?

5- Como você avalia a Alternância (uma semana na escola e duas na propriedade/família e comunidade). Trouxe benefícios ou dificultou o processo de organização familiar e a sua participação no desenvolvimento das atividades e no processo de tomada de decisão na propriedade?

6- A partir da sua inserção na Casa Familiar Rural, houve alguma mudança na forma de trabalho na propriedade, ou ainda motivou o planejamento de ações futuras? Quais?

7- O processo de ensino da Casa Familiar Rural modificou algumas percepções suas acerca da importância da agricultura familiar, da forma de organização da propriedade, da relação com a sua família ou ainda do seu envolvimento com as entidades locais?

8 – Após a sua formação na CFR, você permanece trabalhando/residindo na propriedade rural da família, ou seja, você está realizando a sucessão?